Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano II nº 40
15/8/97 a 28/8/1997
Contribuição R$ 1,00

Opinião SOCIALISTA

CUT precisa de estratégia classista

Cleber Medeiros

6º Congresso Nacional da CUT debate a política de conciliação de classe aplicada pela direção majoritária. Unidade da esquerda cutista pode se consolidar para além do Congresso e avançar na construção de uma alternativa classista e socialista para a Central.

páginas 4, 6 e 7

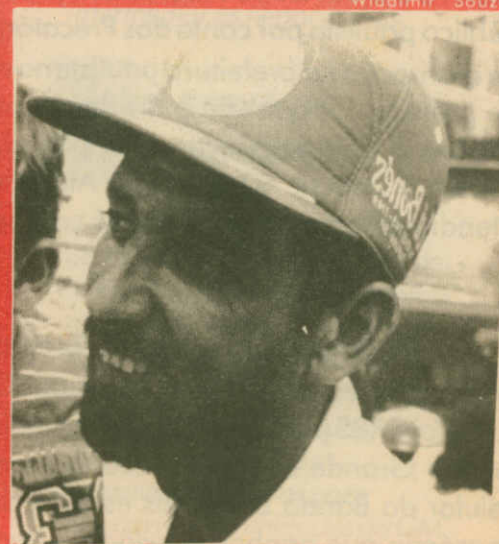
Suplemento Opinião Socialista debate crise nos sindicatos

Falência nos estados mostra crise do pacto federativo

página 10

Foro de São Paulo não é alternativa ao neoliberalismo

página 11

Wladimir Souza

Liberdade para Zé Rainha

C U R T A S

Real. Uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp constatou que a concentração de renda voltou a crescer neste ano. Em São Paulo, a parcela mais rica da população tem uma renda 13,23 vezes maior do que a parcela mais pobre (estava em 11,33 vezes em maio de 1996). A mesma tendência foi verificada em duas outras capitais pesquisadas: Porto Alegre (de 8 para 8,3 vezes) e Belo Horizonte (de 11,65 para 11,96 vezes).

◆

Bancos. O país vai muito bem para os grandes capitalistas. Por exemplo, os bancos acabam de divulgar o que eles mesmos chamam de o melhor resultado desde o início do Plano Real. Os lucros são considerados recordes no período. A lucratividade dos 26 bancos que divulgaram balanço do primeiro semestre girou entre 15% e 17% do patrimônio. De outro lado, um levantamento do Ministério do Trabalho mostrou que 40% dos bancários (314.316 trabalhadores) foram demitidos entre dezembro de 1989 e dezembro de 1996.

◆

Tailândia. Depois de ter a sua moeda desvalorizada em 26% em relação ao dólar no espaço de um mês (dando início a uma onda de desvalorizações cambiais no sudeste asiático), a Tailândia vai ter atendido os seus pedidos de "ajuda". O FMI vai entrar com um pacote que pode chegar até a US$ 8 bilhões em empréstimos para o falido tigre. Os termos de acordo incluem as famosas exigências de "austeridade" e cortes nos gastos, e que vão desaguar em menos emprego, salários, gastos, investimentos sociais etc.

◆

Proer. Atenção: mudança de discurso. O novo presidente do Banco Central, Gustavo Franco, disse que esta história de extinguir o Proer não é bem assim. Ele defende a manutenção "temporária" do programa até que uma nova legislação crie "mecanismos" de ajuda ao sistema financeiro. Quer dizer, o que Franco está defendendo é a continuidade da ajuda aos banqueiros quando for preciso, só que com outra forma. Para ele, o Proer foi uma maravilha e só ficou com uma má imagem na população devido a um problema de "comunicação". Pode ser que ele tenha razão, é difícil mesmo explicar que "todos ganham" quando o governo despeja R$ 20 bilhões para ajudar meia dúzia de banqueiros.

◆

A crise. Está ficando cada vez mais complicada a situação do malufismo em São Paulo. O ex-prefeito Paulo Maluf e o atual Celso Pitta, foram processados pelo Ministério Público paulista por conta dos Precatórios. Pipocam denúncias de corrupção na prefeitura paulistana envolvendo até a mulher do prefeito. De quebra, a dívida do município está em R$ 8,8 bilhões o que está levando a prefeitura a promover cortes sociais e atrasar 50 projetos. Até o tão badalado Plano de Atendimento à Saúde (PAS) está com seus repasses atrasados.

◆

Barões. O consórcio formado pelo banco Safra, a norte-americana Bel South, os grupos OESP (jornal *O Estado de S.Paulo*) e RBS (que controla os principais meios de comunicação no Rio Grande do Sul) abocanharam o serviço de telefonia celular da Banda B em seis estados do nordeste. É o mesmo consórcio que ganhou o leilão da Banda B na região de São Paulo. Estas empresas estão sendo chamados de "barões do celular" (o mais correto seria tubarões). Na privatização da região que compreende o interior de São Paulo, quem levou foi um consórcio entre a estatal sueca de telefonia e o empreiteiro falido e sonegador de impostos Cecílio Almeida.

O QUE SE VIU

Jorge Araújo

Polícia Militar de Brasília, sob as ordens do governador petista Cristóvam Buarque, reprimiu violentamente, no último dia 8, a ocupação da Cidade Estrutural que abriga 10 mil pesssoas. 20 moradores ficaram feridos e 50 foram presos.

O QUE SE DISSE

"Riscos sobre crescimento, emprego e política econômica sempre existirão. O nosso trabalho é minimizá-los."

Gustavo Franco, novo presidente do Banco Central. Claro, detalhes como 9 milhões de desempregados e sub-empregados no país, concentração de renda, salário mínimo de R$ 120 são apenas "riscos" que os burocratas neoliberais tentam "suavizar". No jornal *Folha de S.Paulo*, em 8/8/97.

"O que querem é permitir que o presidente Fernando Henrique não tenha oposição na televisão. Seria melhor que aprovássemos logo, em vez da reeleição, a prorrogação do mandato. Seria até mais barato."

Carlos Apolinário, deputado federal do PMDB, criticando os projetos de lei eleitoral apresentados pelo PSDB e PFL. Na rádio CBN, em 6/7/97.

"É obviamente apenas uma coincidência."

Celso Pitta, prefeito de São Paulo, comenta as ligações da sua mulher e de parentes de Paulo Maluf com as empresas fornecedoras de frango para a prefeitura (um dos escândalos que envolvem o atual prefeito). É óbvio demais para ser coincidência...Na revista *Veja*, de 13/8/97.

"O Vitor não tem de sair, é um prejuízo para o partido."

José Genoíno, deputado federal do PT, um dia antes do afastamento do PT do governador capixaba Vitor Buaiz. Justiça seja feita a Genoíno, bem que a cúpula do PT tentou evitar o afastamento. A propósito, e o Cristóvam, hein? No jornal *O Estado de S.Paulo*, em 11/8/97.

P S T U

◆**Nacional:** Tel (011) 549-9699/ 575-6093 (SP) ◆ **São Paulo (SP):** Rua Nicolau de Souza Queiroz 189 - Paraíso- Tel (011) 572-5416 ◆**São Bernardo do Campo (SP):** Rua João Ramalho 64 - Tel (011) 756-0382 ◆ **Guarulhos (SP):** Rua Glauce Souza Lima 17 Vila Augusta ◆ **São José dos Campos (SP):** Rua Mario Galvão 189 Centro Tel (012) 341-2845 ◆ **Rio Claro (SP):** Av. 1, 1143 Centro ◆ **Niterói (RJ)** Rua Marques de Caxias 87, centro ◆**Rio de Janeiro (RJ):** Rua da Candelária 87 4º And. Tel (021) 233-7374 ◆ **Florianópolis (SC):** Av. Hercílio Luz, 820 - Centro CEP 88020-001 ◆ **Duque de Caxias (RJ):** Rua Nunes Alves 75 Sala 602 ◆**Belo Horizonte (MG):** Rua Carijós, 121, sala 201, CEP 30120-060 ◆ **Natal (RN):** Av. Rio Branco 815 Centro ◆**São Luís (MA):** Rua Candido Ribeiro, 441 Sala 1 Centro - (098) 232-4683 ◆ **Macapá (AP):** Av. Diogenes Silva - Buritizal ◆ **Maceió (AL):** Rua Minas Gerais,197/2 - Poço ◆ **Brasília (DF):** SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - CEP 70391-900 Tel (061) 225-7373 ◆ **Goiânia (GO):** (062) 229-2546 ◆ **Belém:** Rua Riachuelo, 134 Comércio Tel (091) 549-5388 ◆ **Manaus (AM):** Rua Emilio Moreira 821 Altos Centro (092) 234-7093 ◆ **Recife (PE):** Rua da Gloria, 472 Tel (081) 231-3800◆ **Fortaleza (CE):** Av. da Universidade 2333 Centro - Tel 221-3972 ◆ **Porto Alegre (RS):** Rua Borges de Medeiros, 549 4º andar Centro ◆ **Passo Fundo (RS):** Rua Teixeira Soares, 2063 ◆ **São Leopoldo (RS):** Rua São Caetano, 53 ◆ **Terezina (PI):** Rua Lizandro Nogueira 1655 sala 02 - Centro ◆**Aracajú (SE):** Av. Pedro Calazans 491 sala 105

Os nossos três endereços eletrônicos são:
sede.pstu@mandic.com.br
opin.socialista@huno.com.br
http//www.geocities.com/CapitolHill/3375

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64
Atividade principal 61.81.
Endereço: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - bairro Saúde - São Paulo-SP-CEP 04126-000.
Impressão: Vannucci Gráfica.

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Junia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary e Carlos Bauer

EQUIPE DE EDIÇÃO
Mariúcha Fontana, Fernando Silva, Marco Antonio Ribeiro e Wilson H. da Silva

DIAGRAMAÇÃO
Inácio Marcondes Neto

EDITORIAL

A verdadeira alternativa

Wladimir Souza

Mobilização é o caminho para barrar neoliberalismo

FHC tem se especializado em fazer discursos quase diários contra os "baderneiros", os "ressentidos" ou os "cegos" que não vêem que seu governo e seu Plano Real estão "melhorando" a vida do povo. Mas enquanto isso, no Brasil real, os sem-terra continuam sem-terra, os desempregados continuam sem empregos, os sem-teto continuam sem casa para morar, os salários estão para baixo, a capacidade de endividamento da população já foi para o espaço, direitos e serviços sociais estão cada vez mais ameaçados.

A recente explosão da crise dos Estados e a onda generalizada de greves nas polícias foram demostrações da verdadeira política econômica do governo. Nenhuma medida para amenizar a falência dos estados foi tomada. Pelo contrário, a aprovação definitiva do FEF vai agravar ainda mais a situação de estados e municípios, pois o governo vai reter dinheiro que deveria ser repassado a estes.

É nesta conjuntura que se reúne o Congresso da CUT. Este evento deveria ter como sua principal resolução prática a preparação de um greve geral. O grande obstáculo para por em marcha esta tarefa é a direção majoritária da CUT, que tem se notabilizado por não mover um dedo para dar continuidade ou unificar a resistência crescente ao projeto neoliberal. Não é para menos, depois de anos de uma política de colaboração de classes ativa, os reflexos da *Articulação Sindical* para as reivindicações estão cada vez mais mumificados.

De outro lado, assistimos ao choro da cúpula do PT que lamentou até pelos poros a saída do governador capixaba Vitor Buaiz. Para eles, *"foi uma derrota para o partido"*. A grande derrota do PT foram os anos de adaptação à institucionalidade burguesa que produziram governos como o de Buaiz e Cristóvam. A grande derrota deste partido é ter uma cúpula obcecada em buscar alianças com setores da burguesia onde até o ex-presidente que iniciou o Plano Real tem espaço.

Não há como derrotar o neoliberalismo sem construir uma verdadeira frente entre os trabalhadores e pobres da cidade e do campo que se consolide em primeiro lugar na luta direta e que se paute por um programa de defesa das reivindicações dos trabalhadores. Hoje, elas se expressam, entre outras, na defesa da reforma agrária, na luta pela redução de jornada sem redução de salário.

Uma frente dos trabalhadores que lute para derrotar o projeto neoliberal, inevitavelmente, irá apontar para outras medidas como o não pagamento das dívidas externa e interna, a estatização do sistema financeiro, a reversão das privatizações. Ou seja, vão apontar para uma saída que vai além do capitalismo.

Esta é a alternativa de verdade para derrotar o projeto neoliberal e este é o desafio que está colocado para toda a esquerda combativa da CUT e também do PT. Quem chora por Vitor Buaiz é porque está de acordo com o caminho da cúpula petista: alianças com a burguesia, saída exclusivamente eleitoral e um programa que na prática (como estamos vendo nas ações de Cristóvam e Buaiz) não são sequer uma ruptura com o neoliberalismo.

OPINIÃO

Ameaças da nova lei do petróleo

Antonio Carlos Spis,
Coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP)

A nova lei do petróleo (9.478), sancionada no dia 6 de agosto pelo presidente FHC, cria uma série de dispositivos para dividir a Petrobrás em pedaços e possibilitar a *débacle* da estatal.

Vamos começar pelo artigo que cria a Agência Nacional do Petróleo. A ANP, que pelo projeto tornar-se-a toda-poderosa controladora do setor no país, será uma entidade independente, sem o controle do Estado e da sociedade. Além disso, da diretoria da ANP não poderá fazer parte qualquer empregado ou ex-empregado da Petrobrás, que são os maiores conhecedores da indústria de petróleo no Brasil. Os membros da ANP poderão vir, no entanto, de multinacionais privadas, ou de indicações políticas da Presidência da República.

Pela nova lei do petróleo, a Petrobrás é obrigada a entregar seus mais de 40 anos de conhecimentos tecnológicos e investimentos acumulados, de graça, para a concorrência, através da ANP. É a Agência quem decidirá se a Petrobrás continuará tendo direito aos campos de petróleo que já explora. A Petrobrás terá ainda que alugar ou ceder gentilmente seus dutos e terminais às suas rivais.

Com a liberação total da importação de combustíveis e outros derivados do petróleo, as multinacioanais poderão trazer do exterior produtos a preços baixíssimos e também poderão utilizar suas refinarias ociosas no exterior. Isso pode causar a quebra das refinarias nacionais já existentes e o fechamento dos campos de menor produção.

A nova lei do petróleo permite a privatização de todo o patrimônio da Petrobrás. Pelo artigo 65 do projeto de lei, a Petrobrás poderá se dividir em inúmeras novas subsidiárias, e entregar essas empresas ao controle acionário de uma companhia privada ou multinacional.

Ao sancionar a lei, FHC conseguiu piorar ainda mais o projeto. O presidente vetou o artigo 72, que dava garantia de emprego aos petroleiros das refinarias de Ipiranga e Manguinhos (da iniciativa privada) durante o período de transição, de cinco anos. Enfim, a nova lei do petróleo é um exemplo cristalino do que significa o governo FHC: a entrega total do patrimônio público, prejudicando a economia do país e especialmente o povo brasileiro.

NÚMEROS

População economicamente ativa, ocupada e desempregada (1)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Ocupados	6,42	6,63	6,55	6,75	6,84	7,13	7,18
Ind. de Transformação	2,00	1,87	1,73	1,70	1,73	1,76	1,62
Comércio e serviços	3,75	4,06	4,08	4,32	4,36	4,61	4,72
Outros (2)	0,66	0,69	0,74	0,73	0,74	0,76	0,84
Desempregados	0,73	0,87	1,17	1,15	1,13	1,08	1,27
Total	7,16	7,51	7,73	7,91	7,98	8,22	8,45

(1) Em milhões de pessoas, no Grande São Paulo - (2) Construção civil, serv. domésticos, etc
Fonte: DIEESE/Seade. PED-SP - Pesquisa de emprego e desemprego

CARTAS

Ato no Piauí contra FHC

Entre os dias 13 e 20 de julho aconteceu em Teresina, no Piauí, o 17º Encontro Nacional dos Estudantes de História.

O momento mais importante do Encontro se deu no dia 17, quando ocorreu o ato público contra o projeto neoliberal de FHC e em apoio ao 25 de julho. O ato contou com a presença de 300 estudantes, com a participação destacada dos estudantes da Reviravolta que foram peça importante da mobilização e que agitou pelas ruas de Teresina várias palavras de ordem como: "para derrotar FHC, greve geral, greve geral, vai ter que ter".

Hilton Paulo,
de Fortaleza (CE)

Oposição unificou

Os 90 estudantes de Alagoas presentes no Congresso da UNE, estavam divididos em dois polos. Os que apoiavam as teses da Reviravolta e Não vou me adaptar (esquerda do PT) e os que apoiavam a tese Um passo a frente (PCdoB).

A oposição alagoana, representada por estudantes da Universidade Federal de Alagoas e do Centro de Estudos Superior de Maceió, estavam muito bem representados. Num dos momentos mais delicados do Congresso, os companheiros da tese Não vou me adaptar de Alagoas, permaneceram no plenário e unificaram-se com os estudantes da Reviravolta, sensíveis aos inúmeros chamados de unificação da esquerda.

Esperamos que essa unificação continue não só em Alagoas, mas que se estenda a nível nacional para que possamos juntos resgatar uma UNE de luta, democrática e pela base.

Rachel Mortari,
de Maceió (AL)

ENTREVISTA *José Maria de Almeida, da executiva nacional da CUT e do MTS*

"Queremos construir uma nova direção na CUT"

Januário T. Silva

Zé Maria, defende greve geral pelas reivindicações

*As vésperas do 6º Concut com abertura prevista para dia 13 de agosto, o **Opinião Socialista** entrevistou José Maria de Almeida, o Zé Maria, dirigente do **PSTU** e do **Movimento Por uma Tendência Socialista**, atualmente secretário de organização nacional da CUT. Entre varios assuntos, Zé Maria abordou o balanço político da atual direção da CUT e falou sobre as perspectivas da unidade entre as tendências da esquerda cutista.*

Opinião Socialista — O último Congresso da CUT foi em 1994 e de lá pra cá, FHC tomou posse e aprofundou a aplicação do projeto neoliberal. Qual é o balanço que você faz da atuação da CUT neste período?

Zé Maria — Nós fazemos um balanço crítico da CUT. A Central não soube responder com uma política de construção da resistência da classe trabalhadora ao projeto neoliberal. Pelo contrário, a CUT abdicou da sua obrigação de organizar e mobilizar o conjunto da classe nos principais momentos de enfrentamento. Cito dois exemplos.

Frente a ofensiva da reestruturação produtiva que retira e flexibiliza direitos e salários dos trabalhadores, a CUT se adequou e defendeu como política a busca de soluções que fossem "aceitas" e "boas" para empresas e trabalhadores. Frente a um outro desafio, o da Reforma da Previdência, o presidente da Central chegou ao extremo de ir para televisão defender a mudança do critério de aposentadoria de tempo de serviço para tempo de contribuição.

O balanço é crítico não só pelos erros cometidos, mas pelo fio condutor de todos eles que é essa estratégia completamente equivocada de conciliação de classes que tem ser revertida.

Opinião Socialista — A corrente majoritária na direção da CUT, tem apresentado várias propostas de mudanças nos sindicatos. Quais são as propostas que o MTS defende com relação a estrutura sindical?

> **"CUT não organizou a resistência ao projeto neoliberal**

Zé Maria — Primeiro é preciso esclarecer que o debate sobre as mudanças na estrutura sindical é antigo e apresentado por todas as correntes. A maioria dos sindicatos filiados a CUT segue com uma estrutura absolutamente inadequada para o projeto político que nós temos.

A proposta fundamental de mudança que a Articulação fez neste último período foi a adoção do modelo de organicidade sindical. O modelo de sindicato orgânico vai levar, se aplicado, a uma centralização da ação sindical pela cúpula, burocrática e vai ameaçar a unidade dos sindicatos. Ao transformar o sindicato em estrutura orgânica da Central, evidentemente se restringe a base de representação do sindicato mais ainda, o que acaba favorecendo a divisão do sindicato.

O MTS vai defender uma resolução contrária ao modelo de organicidade sindical, ao mesmo que apresentaremos uma série de propostas no sentido de construir mudanças necessárias na atual estrutura sindical: unificação, fusão dos sindicatos para superar a fragmentação e construir o sindicato por ramo de atividade, e avançar na organização por local de trabalho, são dois pontos absolutamente prioritários. Além disso, há outros pontos como a adoção de mecanismos de participação e de controle da base sobre a direção.

Opinião Socialista — O MTS vai ao Concut com a proposta de unidade da esquerda cutista. Esta unidade se encerra no Congresso ou há perspectiva de manter esse campo para além do Congresso?

Zé Maria — Na nossa opinião, a unidade que estamos construindo não pode se limitar a apresentação de uma chapa comum no congresso da CUT. Queremos construir uma nova direção para a CUT. Mas construir uma nova direção para a Central passa também por uma atuação conjunta no dia-a-dia da luta de classes, construindo no cotidiano das lutas da classe trabalhadora uma nova cara para nossa Central.

> **"É decisivo construir e preparar as condições para uma greve geral"**

O bloco que nós defendemos é para atuar também na luta de classes posteriormente ao Congresso, em base a uma plataforma que nos unifica neste momento que é a de resgatar fundamentalmente os princípios que nortearam a fundação da CUT.

Até este momento esta discussão avançou envolvendo fundamentalmente três correntes, o Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), a Alternativa Sindical Socialista (ASS) e os companheiros da Articulação de Esquerda Sindical (AES).

Opinião Socialista — E a Corrente Sindical Classista (CSC)? Por que não está nesse bloco?

Zé Maria — A CSC até este momento não tem priorizado a unidade da esquerda para mudar o quadro da CUT e para construir uma nova direção na Central. Eles alegam que é necessária a unidade ampla para enfrentar o neoliberalismo, inclusive com a Articulação Sindical (AS). Nós achamos que os companheiros até este momento não compreenderam que a AS não quer lutar de maneira conseqüente contra o neoliberalismo.

Opinião Socialista — Quais as tarefas imediatas que deveriam ser aprovadas pelo 6º Concut?

Zé Maria — Nós temos três questões fundamentais para este momento. Primeiro, desenvolver as iniciativas de lutas que estão em curso em nosso país. Como por exemplo a luta do funcionalismo público contra as reformas administrativa e previdenciária e a campanha salarial dos servidores que estão sem reajuste há quase três anos. A segunda tarefa é buscar unificar estas mobilizações construindo uma globalização das lutas contra as políticas neoliberais do governo FHC. A terceira questão, estreitamente vinculada a segunda, é que nós achamos decisivo abrir o debate e construir as condições para a realização de uma greve geral contra o governo em defesa das principais bandeiras e reivindicações da classe trabalhadora como emprego, reforma agrária, melhores salários, manutenção da aposentadoria e dos direitos sociais.

Movimento apoiado por Covas não denuncia repressão policial

UNE e UBES embarcam em campanha da Globo

Euclides Agrella e Leon Cunha, membros das executivas da UNE e da UBES e militantes do PSTU

Realizou-se no último dia 11 de agosto, quando se comemorava o Dia do Estudante, no Auditório do Centro Acadêmico de Direito da USP, o lançamento da *Campanha dos Estudantes pelo Desarmamento* com o slogan *"Eu sou da Paz"*. Esta campanha, foi idealizada pela Rede Globo e está sendo impulsionada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), União Estadual dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UEE-SP) e União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES), que são entidades dirigidas majoritariamente pela *União da Juventude Socialista*, a juventude do PCdoB. Um dos convidados mais badalados do evento foi, nada mais nada menos, que o governador Mário Covas.

O argumento de que cerca de 56% das mortes entre jovens são causados por armas de fogo não passa de cinismo, porque oculta quem aperta o gatilho destas armas: a polícia, os grupos de extermínio, os jagunços da UDR, o narcotráfico.

Mário Covas dá o tom da campanha, mostrando que o governo também está contribuindo para "diminuir" a violência *"fornecendo novos equipamentos e carros para as polícias, exigindo melhor formação do policial"* (*Folha de S.Paulo* 12/8/97). Dois diretores do Centro Acadêmico de Direito da USP foram também bem claros. Juliana Vieira dos Santos afirmou que *"queremos desarmar a população, não os bandidos. Isso é um trabalho da polícia"*. Outro membro da entidade, José Marcelo Zacchi, completou: *"queremos que a Fiesp ajude a campanha."*

É vergonhoso para o movimento estudantil ver suas entidades ao lado de Mário Covas, depois dos tristes episódios de Diadema e da zona leste de São Paulo, onde três sem-teto foram covardemente assassinados pela Polícia Militar durante desocupação de um conjunto habitacional.

Causa indignação ver dirigentes da UNE, da UBES, da UEE-SP e da UPES ao lado de um governo que corta verbas para a universidade e a escola pública, aplica a reforma do ensino técnico, fecha escolas — e querer acabar com os Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (Cefam) —, demite professores e manda a sua polícia para reprimir as manifestações.

Como vai ficar a UJS diante de assassinatos de sem-terra ou de jovens pelas polícias ou por bandos armados? Vai apoiar o direito de autodefesa dos sem-terra ou as campanhas de desarmamento?

A juventude do **PSTU** não participará desta campanha reacionária e conclama toda a juventude trabalhadora do nosso país a repudiar essa ação comum das nossas entidades gerais com a Rede Globo e governos como o de Mário Covas. Esta campanha só servirá para mascarar as principais raízes da violência urbana: a fome, o desemprego e a miséria em que se encontra mergulhada a maioria do povo.

Cartaz da campanha. No destaque, Covas

Juventude precisa de outra campanha

Os jovens das periferias e favelas das grandes capitais que muitas vezes são empurrados para o submundo do crime, fazem isso por não terem uma outra saída que lhes garanta um prato de comida. Não aderem ao narcotráfico ou a a gangs porque são violentos por natureza e adoram andar armados para se exibir — como aliás, fazem os "filhinhos de papai" que entre outras queimam índios em pontos de ônibus. Quando o fazem é porque encontram-se sem perspectiva de vida numa sociedade que, além de não oferecer-lhes nenhum futuro, os oprime, humilha e mata, quando não de fome à bala.

Em vez de propor uma campanha pelo desarmamento dos jovens, a UNE e a UBES deveriam promover uma campanha em defesa do ensino público e gratuito para todos, denunciando a Reforma Educacional, exigindo emprego para juventude, unificando a ação dos estudantes com a dos sem-terra e dos trabalhadores da cidade contra os planos neoliberais de Fernando Henrique. Pois só a luta pode mudar a vida.

Em relação à violência urbana, a UNE e a UBES deveriam defender a desmilitarização das polícias, o julgamento dos policiais pela Justiça comum e o controle das delegacias pela própria comunidade com medidas como eleição dos delegados de polícia pela população com mandatos revogáveis a qualquer momento. (E.A. e L.C.)

A UJS está na contra mão

Na recente onda de greves das polícias militares em vários estados do país a juventude do PCdoB não deu apoio a esse movimento. Em Pernambuco, por exemplo, o PCdoB faz parte do governo Arraes e passou o tempo defendendo o fim da greve e sustentando as propostas do governador. Quer dizer, de um lado estimulam campanhas de desarmamento que não denunciam a violenta repressão policial sobre a juventude, mas quando surge uma greve e uma crise num pilar do Estado burguês recusam-se à apoiá-la e aproveitar a oportunidade para exigir que as polícias não reprimam mais os movimentos sociais.

A juventude do **PSTU**, da mesma forma que denuncia energicamente a violência policial que abate os jovens das periferias das grandes cidades, apóia as greves das polícias. Em primeiro lugar porque estas dividem e enfraquecem o aparato militar-policial ao questionar a disciplina e hierarquia das Forças Armadas.

Em segundo lugar porque os policiais ao assumirem reivindicações e métodos de luta típicos da classe operária, são colocados diante de uma brutal contradição frente o papel que lhes é reservado de guardiões da propriedade privada.

Isso possibilita que os grevistas das polícias aproximem-se dos trabalhadores e abram seus ouvidos para as reivindicações e chamados da classe trabalhadora e também da juventude. Entre os quais está o da exigência de que as polícias não mais reprimam as mobilizações dos trabalhadores, da juventude, dos sem-terra e do movimento popular. **(E.A. e L.C.)**

Sindicalistas debatem estratégia para CUT

Cleber Medeiros

Fernando Silva,
da redação

São vários os debates que irão marcar o 6º Congresso Nacional da CUT que se reuniria em São Paulo entre os dias 13 e 17 de agosto. O balanço político da Central, a convocação ou não de uma greve geral, o debate sôbre a estrutura sindical e a eleição da nova direção da Central, estão entre os principais temas. Mas sem dúvida, tem uma lugar de destaque neste 6º Concut, a questão de qual deve ser a estratégia da CUT para os próximos anos.

Claro que todas os temas do Congresso estão ligados ao debate sobre estratégia. Afinal, o balanço político da CUT partirá do fato que uma estratégia foi aplicada nos últimos anos pela direção majoritária, que priorizou a negociação e a busca de acordos em detrimento do caminho da mobilização e da ação direta da classe trabalhadora contra a ofensiva neoliberal.

É exatamente esta estratégia que está sendo questionada por setores cada vez mais amplos do sindicalismo cutista, inclusive por setores da *Articulação* que acabaram por romper com esta corrente.

Pela importância deste tema o **Opinião Socialista** abriu as suas páginas centrais para que as principais correntes da CUT expressem as suas opiniões sobre a estratégia da Central. Publicamos artigos assinados por dirigentes da *Alternativa Sindical Socialista* (ASS), *Corrente Sindical Classista* (CSC), *Articulação de Esquerda Sindical* (AES) e **Movimento por uma Tendência Socialista**. Também convidamos a *Articulação Sindical* a expressar sua posição neste espaço, mas infelizmente os companheiros não enviaram seu artigo.

Cleber Medeiros

Repensar o caminho

Jorge Luiz Martins,
Membro da Executiva Nacional da CUT e da ASS

Desde o 5º Congresso, a CUT é orientada por uma visão de que há espaço no governo FHC para negociar uma transição "com menos perdas para os trabalhadores". Para isso, o primeiro pressuposto seria a elaboração de propostas populares para "apresentação e discussão com a sociedade".

A partir destas definições, grande parte das energias da CUT e de seus dirigentes foi "naturalmente" se adequando aos espaços da institucionalidade, para defender "nossas propostas".

Para demonstrar "boa vontade", dirigentes da Central passaram a criticar as greves, as ocupações de prédios públicos por parte do MST. Chegou-se a afirmar que tempo de serviço é a mesma coisa que tempo de contribuição; a questionar se era necessário que professores e jornalistas tivessem aposentadorias especiais e, por fim, a dizer que é preciso diminuir o número de greves para atrair novos investimentos.

O balanço é dramático e melancólico. O governo utilizou esta tática da CUT para tentar imobilizar o único setor que ainda se contrapõe à sua tentativa de hegemonia, trazendo a Central para sua agenda. Também essa tática isolou a CUT do campo democrático e popular e gerou uma série de desconfianças em sua própria base.

Em meio a toda essa situação, bons ventos sopraram no mundo. As greves da França, Coréia, América Latina; o levante de Chiapas; deram sinais de que todos tinham um denominador comum no combate ao neoliberalismo e à exclusão social.

No Brasil, a greve de junho de 1996, a marcha do MST de 17 de abril, a resistência contra a venda da Vale do Rio Doce, o 1º de Maio de luta; apontam um caminho distinto ao seguido no último período. Não percamos mais tempo, ainda é possível construir a resistência juntos.

O espaço para a oposição existe e cabe à CUT se colocar à altura dessa tarefa histórica. Potencializar as lutas contra o desemprego e o arrocho salarial e ser elemento de organização, utilizando todas as suas energias. Suas alianças devem ser claras: o MST, a CMP e os partidos claramente de oposição a FHC. A hora é agora, só falta "vontade e decisão política de bater de frente com a barbárie capitalista travestida de neoliberalismo".

Algumas propostas para a CUT

Paulo Coutinho,
Ex-presidente da CUT do Espírito Santo e membro da AES

Quando fizemos o 5º Concut, havia uma expectativa muito grande de que poderíamos arejar as relações internas da Central e melhorar nossa atuação na sociedade. Infelizmente, durante esta gestão, cresceram no interior da Central posições distantes do sindicalismo combativo, democrático e de massas que deviam ser as marcas da CUT. Isso se refletiu na ação da Central: foram cometidos erros graves, o principal dos quais foi a já famosa negociação da previdência. Outros exemplos foram a greve dos petroleiros, quando a direção da Central não articulou devidamente o apoio nacional à greve; e a falta de mobilização contra as privatizações e os ataques feitos ao funcionalismo.

Estes exemplos mostram a fragilidade política da maioria da direção nacional da CUT no enfrentamento ao neoliberalismo. Presa a uma política que privilegia negociações e acordos em qualquer espaço para a qual é chamada a participar, seja pelo governo, seja pelos setores empresariais — e sem a necessária mobilização e organização na base — a maioria da direção não conseguiu potencializar e politizar a insatisfação dos trabalhadores.

A direção nacional eleita pelo 6º Concut enfrentará batalhas importantes. A primeira será ampliar a mobilização social contra as políticas do governo federal. Em 1998, teremos eleições gerais, e a CUT precisa apresentar critérios que orientem os trabalhadores a votar nos candidatos comprometidos com nossos interesses de classe.

A luta pela democracia e pelos direitos humanos deve ganhar peso. Dentro da luta geral dos trabalhadores por teto, terra e trabalho, propomos que o eixo da ação da Central deva ser a luta contra o desemprego.

Propomos também que a CUT assuma a luta pela reforma agrária, organizando não apenas a solidariedade ao MST, mas passando a fazer ocupações como forma de propagandear a necessidade de um novo modelo econômico para o país. Defendemos que a CUT faça sua a luta dos sem-teto, crie espaços orgânicos para organizar lutas (por exemplo, plenárias mensais com os desempregados) e prossiga o combate contra a privatização, o trabalho infantil e as "reformas" da previdência e administrativa.

Resistência ativa ao neoliberalismo

Wagner Gomes,
membro da Executiva Nacional da CUT e da CSC

Um dos temas mais importantes do 6º Concut é o que trata da estratégia da nossa Central no combate ao neoliberalismo. A CUT necessita sair deste Congresso com uma definição precisa sobre esta questão chave. Qualquer dubiedade dará brechas a posições equivocadas — que joguem o movimento sindical no imobilismo e na conciliação; ou no outro extremo, em posições voluntaristas e isolacionistas, que não reflitam a atual correlação de forças no país e no mundo.

Uma análise realista indica que o neoliberalismo ainda mantém-se na ofensiva contra os trabalhadores, a soberania das nações e a democracia. Só agora surgem sintomas mais animadoras de resistência a este projeto. O Brasil, com suas particularidades, reflete tal contexto mais geral. O governo continua raivoso no ataque. Retira direitos dos trabalhadores, avilta a soberania nacional e restringe a democracia. Já os sinais de resistência, após uma certa apatia diante da estabilização conservadora, ganham corpo.

Diante desse quadro, qual deve ser a estratégia da CUT? De imediato, não é a do propositivismo e do tripartismo! Não há como negociar ou conciliar com o neoliberalismo. Uma oposição domesticada e um sindicalismo reformista não conseguem sequer arrancar migalhas. Pelo contrário. Só desarma os trabalhadores, tornando-os presas frágeis. As experiências do "acordo da previdência" e das "reformas populares" são prova do desastre desta estratégia.

Por outro lado, também não se pode desconhecer o atual quadro de defensiva da luta dos trabalhadores. Do contrário, pode-se adotar uma postura voluntarista, que subestime a ofensiva neoliberal e agudiza artificialmente as contradições em nosso campo. Nosso inimigo maior não é a Articulação Sindical! Seria um grave erro fazer do Concut um palco de brigas intestinas.

Para a Corrente Sindical Classista, o Concut deve ser um momento de afirmação da unidade na luta contra o projeto neoliberal. Reafirmando sua identidade e fisionomia própria, a CSC criticará qualquer posição estratégica dúbia — como a que fala em "resistência propositiva" —, mas também não fará coro com posturas sectárias. Defenderá que o eixo central da nossa estratégia deve ser o da resistência ativa, que contribua na construção de uma plataforma alternativa ao neoliberalismo que reúna amplos setores democráticos e populares da sociedade.

Luiz Garcia

Resgatar uma CUT de lutas

Dirceu Travesso,
membro da Executiva Nacional da CUT e do MTS

A estratégia de colaboração de classes implementada pela maioria da direção da CUT tem sistematicamente desperdiçado as possibilidades de construção de lutas nacionais que avancem no sentido de questionar o projeto neoliberal em seu conjunto.

O Movimento dos Sem Terra, tem sido um exemplo para o conjunto dos trabalhadores de que é possível resistir pela força da ação direta ao projeto de FHC. O neoliberalismo não é imbatível, basta que as lutas de resistência sejam construídas com uma estratégia oposta a que atualmente vigora na Central.

Para tanto, é preciso resgatar a Central e defender uma CUT de luta, que privilegie a mobilização e a luta direta das massas; que preserve a independência política dos trabalhadores; que se posicione pela construção do socialismo; que trabalhe incansavelmente pela organização dos trabalhadores na base; que adote a democracia operária como seu mandamento maior e onde a solidariedade internacional seja um princípio e uma prática militante.

Os erros políticos cometidos nos últimos anos não se constituíram em fatos isolados. São uma continuidade de uma prática que, na verdade, indica a adoção pela direção da nossa Central de uma estratégia e de concepções de ação sindical que abandonam princípios importantes que nortearam a fundação da nossa Central.

Por exemplo, a chamada "ação propositiva" preconizada pela atual direção e elevada ao status de estratégia na reunião da direção nacional de maio de 1995 (reformas populares) tem se demonstrado como uma declaração de rendição da nossa Central aos limites da sociedade capitalista.

A defesa do "possível", também alardeado pela Articulação Sindical, tem transformado a luta pelo socialismo em mero discurso para dias de festa (ou congressos). Essa defesa do "possível", levou a CUT e os sindicatos dirigidos pela Articulação Sindical a empenharem-se na busca de acordos com a patronal que não garantiram sequer o nível de emprego.

Uma outra conclusão óbvia deste debate na Central, principalmente porque a direção majoritária está propondo manter e aprofundar a estratégia atual, é a de que precisamos mudar também a direção da CUT.

Wladimir Souza

CEARÁ Governador mantém preso líder dos policiais grevistas em Fortaleza

Greve foi derrotada mas insatisfação continua

Raimundão,
Fortaleza (CE)

No dia 29 de julho, confirmando os boatos que corriam a cidade de que a PM do Ceará iria parar, iniciou-se uma manifestação de cabos e soldados em Fortaleza. Eram 9 horas da manhã quando um grupo com um pouco mais de 50 policiais obrigou o presidente da Associação de Cabos e Soldados a organizar uma passeata, que logo recebeu a adesão da Polícia Civil.

Às 16 horas a passeata já tinha percorrido mais de cinco quilômetros e contava com 4.500 manifestantes que marchavam para a Secretaria de Segurança Pública, quando então foi atacada pelos integrantes do grupo de Ações Táticas Especiais (Gate).

O tiroteio

O confronto começou quando o tenente do Gate cortou os pneus do carro de som da CUT. Iniciou-se o confronto com a troca de tiros (mais de 300) que fizeram o Gate recuar. Ficaram feridos seis militares entre eles o comandante geral da Polícia Militar. Após o tiroteio, os manifestantes continuaram no local. O governo montou uma barreira com a tropa de choque e o GATE a 100 metros dali evitando que os manifestantes chegassem até a Secretaria de Segurança.

Na noite do dia 29 o governo prendeu vários líderes em suas próprias casas. Na manhã seguinte a Associação dos Cabos e Soldados amanheceu tomada pelas tropas do GATE e do Choque. O cabo Feitosa, apontado como principal líder, foi preso. Os PMs que conseguiram chegar até a Associção tiveram que organizar sua manifestação na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. Dali começaram a passeata com 100 pessoas que foi para o centro parando em frente da Superintendência da Polícia Civil.

O fim da greve

O dia 31, terceiro e último dia da histórica manifestação da polícia cearense começou com uma concentração na Superintendência da Polícia Civil. Porém, pouco mais de 50 policiais tinham conseguido furar o cerco e chegar até ao local da manifestação. Os líderes tinham sido presos e o último grupo de grevistas foi preso por volta das 12 horas, encerrando assim a possibilidade da PM e da Polícia Civil conquistarem aumento de salário.

Tasso acabou com a greve mas não com a insatisfação dentro dos quartéis. Não foi possível a vitória do movimento no Ceará devido a uma combinação de fatores: a frágil e pelega Associação, a falta de adesão dos destacamentos de elite e a reformulação no comando da polícia feita no início deste ano.

O governo está cumprindo suas ameaças e já afastou 119 policiais. Está preso, até o momento o presidente do Sindicato dos Policiais Civis Elias Alves e suspeita-se que nos quartéis tenha mais gente presa.

Eugênio Leandro

Concentração de policiais em Fortaleza antes da troca de tiros

A solidariedade

A CUT, os sindicatos filiados e vários partidos políticos (PT, PCdoB, **PSTU**, PCB, PSB e PART) estiveram presentes desde o início da luta. Prestaram todo o apoio possível sem qualquer restrição dos policiais. Agora, está funcionamdo um *Comitê de Solidariedade* para fazer uma campanha de denúncias junto à população contra a postura do governo diante da greve e da prisão dos líderes. O Comitê vai dar apoio jurídico e material aos policiais afastados e suas famílias e exigir a libertação imediata do presidente do Sindicato dos Policiais Civis, Elias Alves.

Mas além disso, será preciso também uma campanha nacional para exigir a imediata libertação de Elias Alves e também denunciar a proposta de FHC para a reformulação das polícias que prevê, entre outras coisas, o fim dos sindicatos das polícias civil e federal, a proibição das Associações e de quaquer movimento reivindicatório dos policiais.

MOVIMENTO

PCO agride oposição sindical

Alexandre Fusco,
de São Paulo

No dia 31 de julho, na porta da Frigobrás em São Paulo, mais conhecida como Sadia, os militantes do **PSTU** Claudionor Brandão (Diretor do Sintusp), Fábio Bosco (da Oposição Bancária) e Alexandre Fusco (candidato a vice-prefeito nas últimas eleições de São Paulo) foram impedidos, por militantes do Partido da Causa Operária (PCO), de distribuir o boletim da Oposição à diretoria do Sindicato dos Frios. Como verdadeiros assaltantes, um grupo liderado por Zé Luiz e Antônio Carlos roubou os boletins. Os militantes do **PSTU** resistiram, mas estavam em minoria e foram agredidos fisicamente.

O boletim divulgava a campanha pela reintegração de Manoel Reis de Miranda. Manoel foi demitido pela Frigobrás quando estava na carência da CIPA. Os diretores do Sindicato dos Frios, ligados ao PCO, se recusaram a defendê-lo, inclusive não forneceram os documentos que comprovavam a sua estabilidade. A Oposição, recentemente criada, desencadeou uma campanha na fábrica e entrou com liminar na justiça para garantir a eleição do companheiro. A campanha foi vitoriosa. Manoel obteve 344 votos (o 2º colocado teve 69).

Tudo isso apesar dos patrões, que colocaram um homônimo para concorrer, e dos dirigentes do PCO que causaram confusão. Desde então nada fizeram para a reintegração do companheiro. Pior, passaram a ameaçar Manoel e todos os membros da oposição.

Estes acontecimentos vêm demonstrar que o PCO está em franca degeneração. Usam o sindicato em benefício próprio, não prestam conta do dinheiro da categoria, não organizam os trabalhadores e se utilizam do método da agressão para se perpetuarem no sindicato. Cabe ao conjunto dos sindicatos da CUT, dos movimentos populares e dos partidos de esquerda repudiarem estes métodos de gangster e de verdadei-

Reintegrar o cipeiro eleito

A posse da CIPA será no final do mês de agosto. Para retomarmos a campanha é importante que as diretorias dos sindicatos, movimentos e partidos de todo o país enviem fax exigindo a reintegração e posse de Manoel Reis de Miranda.

O fax deve ser enviado para o presidente da Frigobras e vice-presidente da FIESP, Luís Furlan, o número do Fax é (011) 873 5955.

MINAS GERAIS *Governo demitiu cinco mil do Credireal*

Azeredo privatiza banco estadual

Cacau,
de Belo Horizonte

O Banco de Crédito Real de Minas Gerais foi privatizado no último dia 7 de agosto. O leilão durou apenas alguns minutos e um único candidato se apresentou: o Banco de Crédito Nacional (BCN), representado no leilão pelo Banco Pactual. Para receber um banco com 86 agências e cerca de 2.400 funcionários, com ativos da ordem de R$ 1 bilhão o BCN pagou o lance mínimo previsto de R$ 121,360 milhões.

A privatização do Credireal envolveu uma engenharia financeira entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Central, através da rolagem e reescalonamento do pagamento da dívida pública do Estado. O governador Eduardo Azeredo, do PSDB, pretende ainda privatizar o Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge) e transformar o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais numa agência de fomento. E, da mesma forma, já entregou o controle administrativo da estatal de energia elétrica do Estado, a Cemig, para o setor privado.

Para conseguir privatizar o banco, o governo mineiro promoveu mais de 5 mil demissões e fechou 78 agências. A luta contra a privatização foi, desta forma, perdendo força e até a bancada do PT na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, aprovou o projeto de rolagem da dívida, que incluía a privatização, em troca do provisionamento dos recursos para o pagamento da Aposentadoria Móvel Vitalícia de cerca de 3 mil aposentados.

Todo esse quadro se agravou pela postura passiva da atual diretoria do Sindicato, que tem a *Articulação Sindical* como setor majoritário e só na última hora apresentou propostas contrárias à privatização, e, assim mesmo, no terreno jurídico.

Mas de outro lado, os empregados do Bemge — banco que está na alça de mira do governo — estão dispostos a resistir ao processo de privatização conforme resolução do Congresso Nacional dos funcionários desse banco realizado em 9 de agosto.

Paulo Travassos

Privatização do Credireal contribuiu com o desemprego

Congresso do Bemge foi vitorioso

O 2º Congresso Nacional dos Empregados do Bemge, realizado em Belo Horizonte significou um grande passso adiante na organização de base dos bemgeários, como gostam de ser chamados. Os 62 delegados foram escolhidos através de reuniões nos locais de trabalho, que envolveram mais de mil bancários. Com isso, 80% dos delegados eleitos eram trabalhadores da base e apenas 20% eram dirigentes sindicais.

Essa composição se refletiu nas discussões do Congresso, que preparou os bemgeários para a campanha salarial deste ano. Outra decisão importante foi a posição tomada contra a privatização do Banco e a realização de um Encontro com os mesmos delegados do Congresso para debater um projeto alternativo ao do governo.

Cabe destacar que os bancários do Bemge realizaram uma greve de seis dias em dezembro de 1996, na qual, além de reivindicações econômicas, foi conquistado um Comitê de Relações Trabalhistas (CRT).

O Congresso deliberou por uma proposta a ser negociada com o banco de que este CRT seja composto por bancários eleitos na base e não apenas por dirigentes sindicais, como era o desejo da *Articulação Sindical* e da *Corrente Sindical Classista*. (C.)

RIO GRANDE DO SUL

Democracia contra o povo

Moah Cyrr,
de Porto Alegre (RS)

No dia 23 de julho, em convocação extraordinária, a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul se preparava para votar, a toque de caixa e longe dos olhos do povo, a venda total da CRT (a Companhia Telefônica Gaúcha) e o aumento do funcionalismo. Os servidores públicos, aposentados, trabalhadores rurais sem-terra, desempregados e diversas categorias em luta, cientes da traição que se articulava nos porões do Legislativo, resolveram entrar na "Casa do Povo" para acompanhar, voto a voto, o destino que seria dado ao patrimônio do Rio Grande e da população gaúcha.

A serviço de Britto

Os manifestantes passaram a noite em claro dentro da Assembléia. Já a maioria dos deputados, na manhã seguinte, mesmo com os protestos, aprovaram a venda total da CRT, a continuidade do arrocho salarial ao funcionalismo e o aumento de impostos para a população, ou seja, todos os projetos enviados pelo governo Britto. Para isso, contou com apoiou da Brigada Militar que reprimiu violentamente os demais manifestantes que estavam do lado de dentro da Assembléia Legislativa.

Perseguição à lideranças

Agora, a direção da Assembléia, cujo presidente é um dos quadros históricos do PDT, deputado João Luís Vargas, quer enquadrar algumas lideranças do movimento na Lei de Segurança Nacional, dando respaldo aos governistas que acusam os manifestantes de "baderneiros" e "agressores da democracia". Os gaiatos querem passar de algozes para vítimas e "santos" defensores da democracia.

Mas o que pode ser mais antidemocrático do que governantes e legisladores que dão as costas a cidadãos e votam projetos que mexem com a vida de todos, sem que tenham discutido com a sociedade e entre os próprios deputados? Longe de cometerem um atentado no parlamento, a reação popular no plenário do Legislativo gaúcho, se revestiu de um formidável conteúdo simbólico e político no repúdio a governantes, como Antônio Britto, que querem uma democracia contra o povo.

MARXISMO

Seminário na Unicamp

O Núcleo de Pós-graduandos do **PSTU** da Unicamp, está promovendo o seminário *Democracia: valor universal ou dominação classista?*. O evento ocorrerá no dia 21 de agosto, às 9h30 no auditório do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Participarão do seminário Décio Saes e Márcio Bilharinho Naves, professores dessa Universidade, além de Bernardo Cerdeira, da direção nacional do **PSTU**.

O seminário e parte de um ciclo de eventos que o núcleo do **PSTU** está promovendo na Unicamp. Organizados sempre em torno de temas atuais e polêmicos, esses seminários têm o objetivo de criar um espaço para o debate entre os marxistas revolucionários.

Este já é o segundo evento promovido pelo núcleo, fundado no primeiro semestre. No mês de junho, em um evento similar, foi debatida a crise do capital e as transformações pelas quais têm passado os sindicatos. Parte dessa discussão se transformou no suplemento que acompanha esta edição do jornal **Opinião Socialista**.

Pacto federativo está em desagregação

José Martins,
economista e membro do Instituto de Estudos Socialistas

A tragédia neoliberal montada pela burguesia brasileira não pára de amontoar suas vítimas. O neocoronel Tasso Jereissati, governador do Ceará, é um dos seus intérpretes mais destacados. Suas ações são notáveis. Quando recebe em seu palácio capitalistas japoneses, americanos ou europeus, interessados em montar fábricas no seu estado, sua fala é de pura sedução: *"Queremos criar um capitalismo no estilo chinês, com cultura ocidental. Damos tudo. E ainda mando flores."*(*O Estado de S.Paulo*, 6/7/97). Mas, quando milhares de soldados cearenses reivindicam pão e salário, ele não diz uma única palavra. Apenas ordena que sua guarda pretoriana atire sobre a tropa.

A crise nas polícias militares e civis é uma novidade para as classes dominantes brasileiras, que elogiaram a ação de Jereissati. Entretanto, a lição que o governador do Ceará ficou devendo para seus colegas dos outros estados é como resolver o problema que está na base das manifestações dos soldados nos últimos dias: **a ruptura do velho pacto federativo** que compensava e abafava as diferenças econômicas regionais e que garantia a unidade do Estado nacional.

Sistema federativo abafava diferenças econômicas regionais

A destruição do velho sistema federativo é uma importante manifestação da dificuldade burguesa em administrar o livre desenvolvimento do capital internacional e suas explosivas conseqüências sobre a atual organização do Estado nacional. No Brasil, esta dificuldade apareceu nos últimos dias através da clara desorganização das atuais estruturas de repressão militar do Estado.

Alguns representantes regionais reconhecem este problema. Por exemplo, o ex-presidente da República José Sarney e atual senador pelo Amapá, exclama em seu artigo intitulado *A Crise das PMs: "O problema verdadeiro é a crise da Federação... Querem descobrir uma forma de os municípios e Estados irem mal e a União muito bem. É uma contradição, uma equação que não fecha... Os Estados despreparados, sem recursos, são acossados por planos de estabilidade, cuja fórmula também não fecha: o Estado deve sair de tudo, fechar tudo, ficar pequeno e qualitativamente incapaz de prestar serviços e, mais ainda, retirar o emprego de todos, pois esse é o segredo do sucesso da sociedade moderna e da economia da competição ... É irreal pensar que essa onda generalizada é questão de disciplina. Não é questão de gestão, é questão de estrutura: a Federação está liquidada!"* (*Folha de S. Paulo*, 1/8/97)

Daécio Monteiro

explosão em Alagoas foi exemplo da crise da federação

Na semana anterior também o senhor José Serra, senador por São Paulo, escrevia em seu artigo intitulado *A Crise Alagoana: "Desapareceram dois fatores que facilitavam a coesão federativa desde os anos 30: o relativo fechamento comercial em relação ao exterior e o rápido crescimento da economia. Isso limitou o tradicional papel redistributivo do poder central. Em que consiste a crise? Precisamente nos tropeços da transição de um tipo de federalismo a outro, que não se sabe qual é, e que não se sabe se vai acabar bem"* (*Gazeta Mercantil*, 27/7/97).

Mas, como representante da burguesia sulista, Serra tenta justificar o problema apenas como um *"círculo vicioso de compromissos entre os setores da elite predadora e a administração pública"*. Como se esse problema fosse novo e, principalmente, como se fosse uma coisa que só acontecesse em Alagoas e outros estados do norte e nordeste. Como membro da CPI dos Precatórios, o senador já deveria ter aprendido que basta uma rápida visita nas secretarias da Fazenda dos seus amigos Covas, Alencar, Buaiz, Brito, Azeredo etc, para se defrontar com esse mesmo "círculo vicioso". A única diferença é que no sul a coisa é mais camuflada, mais sofisticada, mais tucana.

De qualquer modo, os diagnósticos dos dois representativos senadores coincidem: o velho pacto federativo está se desagregando. Mas nenhum deles é capaz de dar um remédio para o problema. O epicentro do terremoto está na política econômica ordenada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e seguida por Brasília. Essa política se resume em uma maior concentração dos recursos tributários e fiscais nos cofres da União e do Banco Central, para que os encargos financeiros das dívidas públicas da União (governo federal, estaduais e municipais) não parem de drenar para os cofres dos credores internos e externos.

A concentração de recursos no BC está liquidando os Estados

Na impossibilidade política de se realizar uma reforma tributária para realizar aquele objetivo, a política econômica é orientada através de expedientes improvisados. Eis alguns deles: **criação de "contribuições provisórias"** (CPMF etc), que acabam desembocando nos cofres do Banco Central e dos credores das dívidas públicas; **renegociação das dívidas dos estados e municípios**, com cláusulas que impedem a tomada de novos empréstimos, com a vinculação de receitas do ICMS para pagamento das dívidas, privatização de empresas públicas estaduais, corte nos salários dos servidores etc; **isenção de ICMS nas exportações** ("Lei Kandir"), que retira receitas dos Estados e Municípios sem compensações federais; **Fundo de Estabilização Fiscal (FEF)**, que desvincula recursos do Orçamento da União que, constitucionalmente, deveriam ser transferidos para setores como saúde, educação etc, e que assim podem ser surrupiados pelo Banco Central para pagamento de juros das dívidas públicas.

Essas medidas levam a uma radical reconcentração de recursos fiscais no Banco Central. Se mantidas firmemente, como deseja o FMI, levará no curto-prazo à inviabilização do funcionamento dos governos estaduais e municipais.

Reunião em Porto Alegre reafirma estratégia eleitoral

Foro de São Paulo não é alternativa

Moah Cyrr,
de Porto Alegre (RS)

"**N**ada temos a temer, exceto as palavras". A frase que abre o espetacular romance de Rubem Fonseca, *O caso Morel*, pode ajudar a lançar luzes para a compreensão do resultado final do 7º Encontro do Foro de São Paulo, realizado no início de agosto, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Durante quatro dias, 158 representantes de 58 partidos de 33 países da América Latina, mais 58 observadores de organizações da América do Norte, Europa e Ásia, participaram do evento organizado pelo Fórum dos Partidos, constituído no Brasil pelo PT, PSB, PPS, PCdoB, PCB e PDT.

Ronaldo Bernadis

Cardenas, prefeito da Cidade de México, discursa no Foro

Na abertura, o presidente nacional do PT, José Dirceu, disse que *"estamos aqui para provar que a história não acabou, como muitos apregoam"*. De fato, a história não acabou, mas a julgar pelas palavras de Lula, ela mudou, e muito. *"Não sou, nem nunca fui socialista"*. Já a outra estrela presente no encontro, Cuauhtémoc Cardenas, prefeito eleito da Cidade do México, afirmou: *"Não sou de esquerda"*. As duas maiores estrelas do encontro, com estas declarações, apontaram o rumo da discussão do Foro cujo tema foi *"Construindo uma alternativa popular e democrática ao neoliberalismo"*.

Depois de muitas palestras, os integrantes do evento aprovaram um documento com conceitos políticos tão genéricos que poderia ser assinado pelo PTB, PMDB e outras agremiações da burguesia brasileira. O texto não vai muito além de criticar o modelo neoliberal como o responsável pela acumulação da riqueza das elites em detrimento da pobreza, marginalização e exclusão de parte crescente população mundial. Mas são palavras ao vento.

Foro aceita partidos que não rompem com modelo neoliberal

O documento, por exemplo, nada diz sobre a forma de organização da classe trabalhadora e qual programa deve ser adotado para superar a proposta neoliberal. Ficou explícito e implícito que a prioridade é a estratégia eleitoral em detrimento da mobilização dos trabalhadores. Além disso, o caráter da composição do Foro é tão amplo que aceita partidos latino-americanos que, na prática, não rompem com a receita neoliberal. Por exemplo, o Movimento ao Socialismo da Venezuela, no poder com Rafael Caldera, privatizou empresas, aumentou impostos, os preços dos serviços públicos e está tentando destruir a estatal petrolífera venezuelana.

Por uma questão de formalidade e por pressão de alguns setores presentes ao Foro, a "esquerda latino-americana" incluiu no documento a palavra socialismo.

O 7º Foro, na verdade, apenas lançou palavras ao vento. Um novo episódio da capitulação reformista traduzido nas pobres e lamentáveis palavras de Lula: *"Como posso ser a favor de um regime (socialismo) no qual quem produzir oito garrafas de cerveja ganhará o mesmo que quem produz uma?"* Deste Foro, a burguesia não tem muito a temer.

Reformismo sem máscara

João Ricardo,
da redação

Enquanto os trabalhadores norte-americanos da UPS realizam uma greve contra a precarização de direitos e na Venezuela os trabalhadores realizam uma greve geral que paralisou o país, o Foro de São Paulo se limita a concentrar suas atenções no calendário eleitoral.

A alternativa ao projeto neoliberal para esses partidos passa por construir aliança com setores burgueses como Cardenas. Ou, como no caso da Frepaso da Argentina que acaba de selar um acordo com nada mais nada menos do que o Partido Radical, do ex-presidente Raul Alfonsin, um dos partidos históricos da burguesia argentina.

Ao ignorar a ação direta das massas, suas lutas e a resistência aos projetos imperialistas que estão arrasando a América Latina, ao reafirmarem a busca da aliança com setores da classe dominante para "lutar contra o neoliberalismo", estes partidos reeditam a velha política dos Partidos Comunistas que na América Latina pavimentou o caminho para tragédias como a do Chile em 1973. Não há nada de muito novo, nem de "moderno" nessa versão cada vez mais reformista e colaboracionista organizada no Foro São Paulo.

Justiça seja feita, estes setores parecem que não estão mais preocupados em encobrir sua adaptação à ordem capitalista, a julgar pela resistência que tiveram em colocar uma vezinha só a palavra socialismo no documento do Encontro.

A independência de classe, a luta direta das massas, a busca de alianças entre as classes exploradas e excluídas segue sendo a única alternativa dos trabalhadores na luta contra o neoliberalismo e o imperialismo.

Greve agita Estados Unidos

Clara Paulino,
da redação

Em 4 de agosto, cerca de 185 mil trabalhadores da United Parcel Service (UPS), a maior empresa de entrega de cartas e encomendas dos Estados Unidos e também do mundo entraram em greve. O movimento reivindica a manutenção do atual plano de aposentadoria, controlado pelo sindicato da categoria, contra a proposta da empresa, que quer colocar o plano sob seu controle e do sindicato. Outra reivindicação é a contratação definitiva dos trabalhadores temporários, que representam 60% dos funcionários da empresa. Um empregado de tempo integral da UPS ganha, em média, US$ 19,95 por hora, enquanto quem trabalha tempo parcial recebe US$ 8 pela mesma tarefa.

Os dois mil pilotos da frota de jatos da empresa também aderiram ao movimento. Os trabalhadores também reivindicam participação nos lucros da empresa, que só em 1996 foram de US$ 1,15 bilhão. Em todo o país, a polícia tentou reprimir as manifestações, entrando em choque com os grevistas. Esta é, segundo a grande imprensa norte-americana, a maior greve nos Estados Unidos nos últimos 25 anos. Estimativas da própria empresa dão conta que os produtos por ela transportados diariamente representam 5% do PIB do país.

No dia 7 de agosto, a diretoria da UPS foi obrigada a receber os representantes dos grevistas. Mas a empresa ameaçava demitir 15 mil funcionários se a paralisação não fosse encerrada até o dia 17. O barulho é tanto que o governo Clinton nomeou a secretária do Trabalho para intermediar as negociações.

Nova greve na GM americana

Na última semana de julho, cerca de 2,8 mil empregados de uma unidade da General Motors americana, entraram em greve. A paralisação dos operários abalou o fornecimento de peças para outras unidades, uma vez que a fábrica produz transmissões e rodas para diversas outras unidades da GM em todo o mundo.

A paralisação de julho é a sexta deste ano em unidades da GM nos Estados Unidos. Em comum, esses trabalhadores lutam contra a terceirização e a flexibilização de conquistas trabalhistas.

Estudantes vão às ruas no dia 20

Leon Cunha,
de São Paulo

Os estudantes estarão com tudo no 20 de agosto, dia nacional de luta contra as reformas do governo convocado pelo funcionalismo público federal.

Aprovado pela Plenária Nacional dos Estudantes de Escolas Técnicas, que diga-se de passagem, ocorreu contra a vontade da direção majoritária da UBES, a União da Juventude Socialista, e incorporado por outros setores do movimento estudantil como **Dia Nacional de Mobilização**. O dia 20 de agosto pretende dar seqüência às mobilizações contra a reforma do ensino técnico e tecnológico, pela defesa e extensão do projeto CEFAM — Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério —, contra o fechamento de escolas públicas estaduais e pela defesa do ensino público e gratuito.

Nas escolas técnicas, a luta se intensifica contra o Decreto 2.208 que separa o ensino técnico do ensino de 2º grau. Além disso o governo quer de uma só tacada a redução das verbas (ao condicionar à parcerias a oferta de mais vagas), a redução do custo da mão-de-obra através da educação por módulos e a demissão de professores e funcionários. Nos CEFAM'S, que completam 10 anos de existência, briga-se pela manutenção do projeto, que se não for regulamentado nos próximos quatro meses será simplesmente extinto.

Além disso, em vários estados os governos estão fechando escolas na maior cara de pau. Fecha-se uma escola aqui, outra acolá, chegam a colocar mais de 50 alunos por sala de aula, demitem professores para reduzir ao máximo as despesas com a Educação e por aí vai.

A explicação para isso é simples. Os governos precisam detonar com a Educação (e também com os demais serviços públicos) para poderem cumprir seus compromissos com os grandes credores da dívida pública (banqueiros, empreiteiras) ou para cobrir os rombos provocados pela rapinagem do dinheiro público. Só em 1997 foram cortados R$ 25 milhões da Secretaria da Educação de São Paulo e R$ 2,7 milhões das Escolas Técnicas desse Estado para pagar a dívida do Banespa.

Como parte da preparação do dia 20, foram realizados atos (como em Belém do Pará), manifestações e assembléias em várias escolas no dia 11 de agosto (Dia do Estudante) com o objetivo de esclarecer os estudantes da situação pós-férias e preparar as manifestações.

Enfim, um grande dia de manifestações está sendo preparado para 20 de agosto. Mesmo com o corpo mole da direção do movimento estudantil, a UJS, que não está preocupada em unificar a luta e as reivindicações dos estudantes com a dos trabalhadores.

Wladimir Souza

Funcionalismo vai à Brasília

Uma manifestação nacional em Brasília deverá marcar o 20 de agosto, dia nacional de Luta contra as reformas de FHC. Convocado por uma plenária nacional do funcionalismo federal que engloba entidades como as Federações de previdenciários, de funcionários das universidades, Associação dos professores universitários entre outras, o dia 20 foi incorporado por outros setores que estão lutando contra os ataques do governo, como os estudantes das escolas técnicas.

Os servidores públicos das esferas estadual e municipal também estão chamados a participar deste protesto contra as reformas de FHC, especialmente as reformas Administrativa, que pretende a demissão de milhares de servidores, e a da Previdência, que detona com a aposentadoria.

Caravanas sairão de diversas capitais para, no dia 20, realizar em Brasília uma nova manifestação contra o governo. Este ato deve encarado como um importante momento na construção de um movimento que unifique as reivindicações dos trabalhadores da cidade com os do campo, com o movimento popular e estudantil, a caminho de uma greve geral.

PSTU
jornal Quinzenal

Endereço:
Rua Jorge Tibiriçá, 238
Saúde - São Paulo
CEP 04126-000

PORTE PAGO
DR/SP
PRT/SP 7168/92